



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/05/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 4
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	5
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	6
2.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	8 - 9
3.2. COMARCAS.....	10
3.3. EXECUÇÕES PENAIS.....	11 - 12
3.4. JUIZADOS ESPECIAIS.....	13
3.5. JUÍZES.....	14
3.6. PROJETO ESTANTE VAZIA.....	15
4. JORNAL EXTRA	
4.1. VARAS CRIMINAIS.....	16
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. SEM ASSUNTO.....	17
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	18
6.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	19
6.3. JUÍZES.....	20
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	21 - 22
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	23 - 24
8.2. DECISÕES.....	25
8.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	26
8.4. JUÍZES.....	27 - 29

TJMA instala serviços de atendimento às vítimas de crimes violentos



⇒ O CEAV foi instalado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire

Pág. 4

TJMA instala serviços de atendimento às vítimas de crimes violentos



O CEAV foi instalado pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire

O Tribunal de Justiça do Maranhão instalou esta manhã (19), no Fórum de São Luís, o Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), serviço voltado para o atendimento prioritário de pessoas carentes e seus familiares, vítimas de crimes violentos.

O Centro foi criado por Decreto Governamental nº 27.794, de 4 de novembro de 2011, pelo então governador em exercício, desembargador Jamil Gedeon. Para por em prática os serviços, a desembargadora Cleonice Freire, presidente do Tribunal de Justiça, firmou um Protocolo de Intenções com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Universidade Federal do Maranhão.

Uma equipe multiprofis-

sional receberá as vítimas e seus familiares e, conforme o caso: identificará as situações de urgência; definirá a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica); orientará sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis; e fará o acompanhamento dos processos judiciais.

Conforme a situação da vítima, será realizado o encaminhamento aos postos de saúde ou outros órgãos competentes e, sendo caso de abuso sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes ou idosos, as ocorrências serão comunicadas aos órgãos competentes.

Durante a instalação do CEAV, a presidente do TJMA ressaltou que os magistrados costumam receber relatos da insatisfação da comunidade

diante da situação de desemprego e carência em que se encontram as vítimas da violência.

“Já não basta, aos operadores da Justiça, aplicar o texto frio da lei, e, como se diz popularmente, lavar as mãos diante dessa situação injusta e desumana. É preciso oferecer condições de auxílio às vítimas. Trata-se, portanto, de se fazer justiça social, em respeito à dignidade daqueles que sofreram algum tipo de dano físico, material ou psicológico”, ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

ESTRUTURA - De acordo com o pactuado no protocolo de intenções, o Judiciário cedeu o espaço físico, no térreo do Fórum, com móveis e computadores, e possibilitou o acesso ao sistema processual.

O promotor de Justiça Emmanuel Soares, que representou a Procuradoria Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, na solenidade de instalação, falou do avanço que os serviços representam à comunidade, servindo também para desmistificar crenças que parte da população tem sobre os órgãos de direitos humanos. “Serve para mostrar a preocupação com a proteção às vítimas, que são as maiores prejudicadas com a violência”, frisou.

O diretor do Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas (CAPsAD Estadual), Marcelo Soares Costa, falou da força do Poder Judiciário frente às questões relacionadas à criminalidade e a violência. “O Centro vai contribuir principalmente no apoio às famílias, às pessoas que são vítimas desse uso e abuso do álcool, crack e de outras drogas no Brasil”, avaliou.

O Ministério Público e a Defensoria Pública designarão profissionais para colaborar, em suas respectivas atribuições, no atendimento à demanda. O Governo do Estado fornecerá servidores para atuar no apoio administrativo. E a Universidade Federal do Maranhão irá disponibilizar alunos dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, em período de estágio, para atender às vítimas, e encaminhar os procedimentos cabíveis, conforme a natureza da demanda.

Sala de Depoimento Especial é implantada pelo Judiciário

Pág. 2

Sala de Depoimento Especial é implantada pelo Judiciário



Cleonice Freire diz que o serviço evita tratamento intimidativo ou constrangedor às crianças e adolescentes

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, instalou nesta segunda-feira (19), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), a Sala de Depoimento Especial, espaço equipado para oferecer atendimento especializado na escuta de crianças com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos, vítimas ou testemunhas de violência. Na ocasião foi lançada também a campanha "Jogue Contra Drogas".

O objetivo com a instalação da Sala é fortalecer o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes e tornar mais humano o atendimento ao público infanto-juvenil. O depoimento será feito com recursos técnicos de áudio e vídeo.

O serviço funcionará de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e na forma recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça: em separado, sob sigilo e com segurança.

"Esse procedimento

leva em consideração o seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão dos fatos, evitando qualquer tratamento intimidativo ou constrangedor", explica a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire.

De acordo com a juíza Karle Jeane de Carvalho - que já utilizava o serviço desde 2010, na comarca de Coelho Neto - a iniciativa facilita os depoimentos das crianças e adolescente, que muitas vezes têm o comportamento inibido ao serem ouvidos na presença de terceiros ou dos supostos agressores.

"Ao todo dez salas baseadas nesse método serão inauguradas até julho, inclusive em comarcas do interior", afirma a magistrada, acrescentando que as crianças e os adolescentes precisam receber um atendimento mais humanizado por parte da Justiça, além de terem garantido o seu direito de falar sobre o acontecido de uma forma digna.

Maranhão receberá Centro de Monitoração Eletrônica de Presos no mês de julho

A partir do próximo mês de julho o Maranhão passará a ter o seu Centro de Monitoração Eletrônica de Presos. O anúncio foi feito durante reunião de apresentação das tornozeleiras eletrônicas, realizada na sede da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Estiveram presentes, o secretário da pasta, Sebastião Uchôa, a juíza titular da 1ª Vara de Execução Penal, Ana Maria Almeida, o promotor Carlos Jorge Avelar, o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF)

do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, entre outras autoridades.

A reunião serviu também para alinhar, junto ao Ministério Público e ao Judiciário, as atividades de cada órgão e avaliar os internos que serão selecionados para essa alternativa de cumprimento da pena. Na ocasião, foi acordado que inicialmente serão 400 internos beneficiados, mas o número poderá subir de acordo com a demanda solicitada pela Justiça.

Com o auxílio de todos, desde o comprometimento com as escolhas

dos detentos que serão beneficiados ao acompanhamento dos mesmos, teremos em mãos uma ferramenta ímpar que contribuirá para desafogar as unidades prisionais do estado, pontuou o secretário Sebastião Uchôa.

Além das tornozeleiras eletrônicas, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Nunmeg) da Sejap ajudará no acompanhamento, através de visitas e do encaminhamento dos beneficiários e da família dele aos setores necessários. Segundo o secretário, esse é o grande

diferencial, pois haverá a sintonia entre o controle humano e o eletrônico, gerando o ciclo completo do monitoramento e visando a ressocialização dos egressos.

Para o promotor Carlos Jorge Avelar, a tornozeleira proporcionará maior controle dos internos que cumprem regime semiaberto e domiciliar, assim como diminuirá os custos do sistema prisional. Com certeza uma medida acertada que deve trazer mais eficiência à fiscalização e, consequentemente, a não reincidência ao crime, frisou.

Judiciário instala Sala de Depoimento Especial

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, instalou ontem (19), no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), a Sala de Depoimento Especial, espaço equipado para oferecer atendimento especializado na escuta de crianças com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos, vítimas ou testemunhas de violência. Na ocasião foi lançada também a campanha "Jogue Contra Drogas".

O objetivo com a instalação da Sala é fortalecer o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes e tornar mais humano o atendimento ao público infanto-juvenil. O depoimento será feito com recursos técnicos de áudio e vídeo.

O serviço funcionará de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e na forma recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ):

em separado, sob sigilo e com segurança.

"Esse procedimento leva em consideração o seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão dos fatos, evitando qualquer tratamento intimidativo ou constrangedor", explica a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire.

De acordo com a juíza Karle Jeane de Carvalho – que já utilizava o serviço desde 2010, na comarca de Coelho Neto – a iniciativa facilita os depoimentos das crianças e adolescentes, que muitas vezes têm o comportamento inibido ao serem ouvidos na presença de terceiros ou dos supostos agressores.

"Ao todo dez salas baseadas nesse método serão inauguradas até julho, inclusive em comarcas do interior", afirma a magistrada, acrescentando que as crianças e os adolescentes

precisam receber um atendimento mais humanizado por parte da Justiça, além de terem garantido o seu direito de falar sobre o acontecido de uma forma digna.

Participaram do evento a vice-presidente do TJMA, desembargadora Anildes Cruz, os juizes Osmar Gomes dos Santos (diretor do Fórum do Calhau), Karla Jeane de Carvalho (Coordenadora da Infância e Juventude do TJMA), Gervásio Santos (presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão) e Maria Francisca Galiza (auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça); o presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos, padre Jean Marry Van Dame; o promotor de Justiça Emmanuel Soares; João Francisco Batalha (Secretaria estadual de Educação), além de representantes das entidades ligadas aos direitos humanos.

MA receberá Centro de Monitoração Eletrônica de Presos no mês de julho

A partir do próximo mês de julho o Maranhão passará a ter o seu Centro de Monitoração Eletrônica de Presos. O anúncio foi feito durante reunião de apresentação das tornozeleiras eletrônicas, realizada na sede da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Estiveram presentes, o secretário da pasta, Sebastião Uchoa, a juíza titular da 1ª Vara de Execução Penal, Ana Maria Almeida, o promotor Carlos Jorge Avelar, o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, entre outras autoridades.

A reunião serviu também para alinhar, junto ao Ministério Público e ao Judiciário, as atividades de cada órgão e avaliar os internos que serão selecionados para essa alternativa de cumprimento da pena. Na ocasião, foi acordado que inicialmente serão 400 internos beneficiados, mas o número poderá subir de acordo com a demanda solicitada pela Justiça.

"Com o auxílio de todos, desde o comprometimento com as escolhas dos detentos que serão beneficiados ao acompanhamento dos mesmos, teremos em mãos



Secretário Sebastião Uchoa, juíza Ana Almeida e promotor Carlos Jorge Avelar discutem o uso de tornozeleira eletrônica

uma ferramenta ímpar que contribuirá para desafogar as unidades prisionais do estado", pontuou o secretário Sebastião Uchoa.

Além das tornozeleiras eletrônicas, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numege) da Sejap ajudará no acompanhamento, através de visitas e do encaminhamento dos beneficiários e da família dele aos setores necessários. Segundo o secretário, esse é o grande diferencial, pois haverá a sintonia entre o controle humano e o eletrônico, gerando o ciclo completo do monitoramento e visando a ressocialização dos egressos.

Para o promotor Carlos Jorge Avelar, a tornozeleira proporcionará maior controle dos internos que cumprem regime semiaberto e domiciliar, assim como diminuirá os custos do sistema prisional. "Com certeza uma medida acertada que deve trazer mais eficiência à fiscalização e, consequentemente, a não reincidência ao crime", frisou.

TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS - De acordo com o representante da empresa responsável pela implantação do Centro de Monitoração Eletrônica, Nathaniel Peregrino, o sistema funciona via satélite com a

utilização de dois chips de operadoras diferentes. As tornozeleiras possuem certificação da Anatel, são anti-quebras e à prova d'água.

Segundo ele, a cada um ou dois minutos, dependendo da configuração, uma mensagem é enviada com a localização de quem está usando o aparelho e também em caso de tentativa da retirada da mesma. Uma luz acende para indicar a necessidade de recarga e ainda quando o usuário precisa se deslocar até o centro de monitoramento. O centro funcionará no piso superior da Escola de Gestão Penitenciária (Egepen).

TJ/MA lança dois serviços de alcance social

Geral 5

TJ/MA lança dois serviços de alcance social para facilitar os trabalhos do Poder Judiciário

A presidente do tribunal, desembargadora Cleonice Freire, apresentou ontem, no Fórum, a Sala de Depoimento Especial e a campanha *Jogue contra as drogas*

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) iniciou, na manhã de ontem, dois novos serviços de alcance social que devem potencializar os trabalhos do Poder Judiciário na garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes vítimas de violência. A Sala de Depoimento Especial e o Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV) foram apresentados pela presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, em solenidade realizada no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, onde funcionarão os serviços. Na ocasião, também foi lançada a campanha *Jogue contra as drogas*, que busca a conscientização sobre os riscos do consumo do crack e que deve ser divulgada junto às escolas de São Luís.

Funcionando há quatro anos na comarca do município de Coelho Neto, a Sala de Depoimento Especial é um espaço reservado para a tomada de depoimentos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, seguindo as normas do Estatuto da Criança e do Adolescente, conforme recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Até o final deste ano, a Sala de Depoimento Especial deverá ser implantada a mais 10 comarcas do estado.

Modelo - "Esse é um modelo que vimos no Rio Grande do Sul e há quatro anos implantamos em Coelho Neto e que vem dando certo. O que diferencia esse serviço da forma habitual de tomada depoimentos é que neste a crian-



Biné Moraes

A desembargadora Cleonice Freire diz que os serviços vão potencializar ações do Poder Judiciário

ça fica em uma sala separada do agressor, o que facilita o depoimento, pois impede que ela se sinta inibida, ameaçada ou com medo de falar. É um marco importantíssimo, pois o método de trabalho utiliza filmagens, você vê as expressões da criança e o depoimento passa a ter um valor muito grande", explicou a juíza da Infância e da Adolescência, Karla Jeane de Carvalho.

Já o CEAV deve atuar no apoio às vítimas e seus familiares em situação de violência, identificando cada tipo de situação, definindo a assistência necessária, orientando sobre os procedimentos legais cabíveis e fazendo o acompanhamento dos processos judiciais. Segundo a presidente do

TJ/MA, esta é uma iniciativa conjunta entre o Poder Judiciário e as várias instituições que integram a rede de apoio às vítimas. "É preciso oferecer condições de auxílio às vítimas, fazendo, portanto, justiça social em respeito à dignidade daqueles que sofreram algum tipo de dano físico, material ou psicológico. Para alcançarmos os objetivos propostos, coube a nós firmarmos o protocolo de intenções com o Governo do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública, visando à instalação de uma unidade nesta comarca", assinalou a desembargadora Cleonice Freire.

Crack - Segundo uma pesquisa divulgada pelo Ministério da Jus-

tiça no ano passado, as capitais brasileiras têm 370 mil usuários regulares de crack e, desse total, pelo menos 50 mil são crianças e adolescentes, o que equivale a 14% dos viciados. Em São Luís, a situação não é diferente, o que motivou o TJ/MA a lançar também, na manhã de ontem, a campanha *Jogue contra as drogas*, que tem como objetivo conscientizar o público infanto-juvenil sobre os riscos de se fazer uso do crack.

"Precisamos agir, no sentido de alertar a sociedade quanto ao avanço do abuso de entorpecentes, informando, orientando e desenvolvendo políticas públicas específicas de combate ao abuso de drogas lícitas e ilícitas", destacou a presidente do TJ-MA.

UM SUCESSO o I Encontro de Psicologia Jurídica do Centro de Estudos Superiores de Bacabal, no auditório do Sesi. O evento foi organizado pelos alunos do 6º período de Direito, sob a coordenação do professor Igor Santos Caixeta.

E MAIS: na programação, foi proferida por Jesaías Silas da Silva, psicólogo do Fórum da Comarca de Bacabal, a palestra intitulada "A importância da Constituição dos Vínculos na Formação do Sujeito e Considerações acerca do Direito de Família na Psicologia".

Presos vão ser eletronicamente monitorados a partir de julho

Geral 7

Maranhão terá Centro de Monitoração Eletrônica de Presos a partir de julho

Em reunião realizada ontem, ficou definido inicialmente que 400 presos serão beneficiados, mas número poderá subir de acordo com solicitação da Justiça

A partir de julho, o Maranhão passará a ter o seu Centro de Monitoração Eletrônica de Presos. O anúncio foi feito ontem durante reunião de apresentação das tornozeleiras eletrônicas, realizada na sede da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Estiveram presentes o secretário da pasta, Sebastião Uchôa; a juíza titular da 1ª Vara de Execução Penal, Ana Maria Almeida; o promotor Carlos Jorge Avelar e o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano.

A reunião serviu também para alinhar, junto ao Ministério Público e ao Judiciário, as atividades de cada órgão e avaliar os internos que serão selecionados para essa alternativa de cumprimento da pena. Na ocasião, foi acordado que, inicialmente, serão beneficiados 400 internos, mas o número poderá subir de acordo com a demanda solicitada pela Justiça.

"Com o auxílio de todos, desde o comprometimento com as escolhas dos detentos que serão



Divulgação

Reunião na Sejap que discutiu o uso de tornozeleira eletrônica

Tornozeleiras

De acordo com o representante da empresa responsável pela implantação do Centro de Monitoração Eletrônica, Nathaniel Peregrino, o sistema funciona via satélite com a utilização de dois chips de operadoras diferentes. As tornozeleiras possuem certificação da Anatel, são antíquedas e à prova d'água. Segundo ele, a

cada um ou dois minutos, dependendo da configuração, uma mensagem é enviada com a localização de quem está usando o aparelho e também em caso de tentativa da retirada da mesma. Uma luz acende para indicar a necessidade de recarga e ainda quando o usuário precisa se deslocar até o centro de monitoramento.

beneficiados ao acompanhamento dos mesmos, teremos em mãos uma ferramenta ímpar que contribuirá para desafogar as unidades prisionais do estado", afirmou o secretário Sebastião Uchôa.

Acompanhamento - Além das tornozeleiras eletrônicas, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numege) da Sejap ajudará no acompanhamento, através de visitas e do encaminhamento dos beneficiários e da família dele, aos setores necessários. Segundo o secretário, esse é o grande diferencial da ação, pois haverá a sintonia entre o controle humano e o eletrônico, gerando o ciclo completo do monitoramento e visando à ressocialização dos egressos.

Para o promotor Carlos Jorge Avelar, a tornozeleira proporcionará maior controle dos internos que cumprem regime semiaberto e domiciliar, assim como diminuirá os custos do sistema prisional. "Com certeza, uma medida acertada que deve trazer mais eficiência à fiscalização e, consequentemente, a não reincidência ao crime", frisou.

Reviravolta

A Turma de Uniformização de Entendimento dos Juizados Especiais do Estado do Maranhão, presidida pelo desembargador Ricardo Duailibe, tomou ontem uma decisão de peso.

Por sete votos a um, decidiu reverter o seu entendimento que vedava o ingresso judicial de demandas envolvendo cobrança de indenizações do seguro DP-VAT.

Posicionou-se no sentido de ser dispensável o requerimento administrativo prévio para ingresso no Judiciário.

Um grupo de dez juízes titulares de Juizados Especiais do Maranhão participará, de amanhã até sexta-feira, em Foz do Iguaçu, no Paraná, do XXXIV Fórum Nacional dos Juizados Especiais. Quem comandará o grupo será a juíza coordenadora dos Juizados Especiais maranhenses, Márcia Cristina Coelho Chaves.

Corregedor

Os juízes Rodrigo Nina e Tereza Palhares Cruz entregaram à corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, relatório com resultado dos trabalhos do projeto itinerante "Estante Vazia" realizado na Comarca de Caxias, a 368km de São Luís.

Processos

Em pouco mais de uma semana, foram analisados 1.575 processos, resultando em 1.077 atos, entre decisões, despachos e sentenças. Somados os trabalhos nas duas unidades judiciais, foram realizados mais de 700 despachos para o andamento processual.

Polícia Civil cumpre mandado de prisão e prende PM

Policiais civis da Delegacia Regional e da Delegacia de Homicídios, sob o comando do delegado Assis Ramos, prenderam o policial militar do Estado do Pará, Francisco de Assis Bezerra Soares, 40 anos, vulgo 'De Assis' ou 'Tita'.

Os policiais cumpriram mandado de prisão em desfavor do militar, decretado pelo juiz da 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, Flávio Roberto Ribeiro Soares. O magistrado aceitou as denúncias do Ministério Público contra o policial militar, que é acusado de envolvimento no assassinato de Wanderson Pereira

Félix, vulgo 'Lourinho', ocorrido no dia 31 de março de 2012, no bairro Vila Nova.

Segundo o que foi apurado, o policial militar Francisco de Assis, foi quem teria executado 'Lourinho', a mando de Francisco Pereira Costa, o 'Chico Papada', que também tem mandado de prisão decretado por esse crime e se encontra foragido. Por envolvimento nesse mesmo crime, já foi preso André Pereira Costa.

O militar Francisco de Assis foi preso quando se encontrava no Mercadinho, e em seu poder os policiais civis apreenderam uma pistola calibre 380, uma munição intacta. 'Tita' já havia sido preso anteriormente, na 'Operação Mercenários', também sob acusação de crime de pistolagem, mas já tinha ganho o direito de responder em liberdade. O mesmo aconteceu com o 'Chico Papada'.

INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS NO TJMA



O CEAV foi instalado pela desembargadora Cleonice Freire

O Tribunal de Justiça do Maranhão instalou esta manhã (19), no Fórum de São Luís, o Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), serviço voltado para o atendimento prioritário de pessoas carentes e seus familiares, vítimas de crimes violentos. O Centro foi criado por Decreto Governamental nº 27.794, de 4 de novembro de 2011, pelo então governador em exercício, desembargador Jamil Gedeon. Para por em prática os serviços, a desembargadora Cleonice Freire, presidente do Tribunal de Justiça, firmou um Protocolo de Intenções com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Universidade Federal do Maranhão.

CENTRO DE APOIO

Uma equipe multiprofissional receberá as vítimas e seus familiares e, conforme o caso: identificará as situações de urgência; definirá a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica); orientará sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis; e fará o acompanhamento dos processos judiciais. Conforme a situação da vítima, será realizado o encaminhamento aos postos de saúde ou outros órgãos competentes e, sendo caso de abuso sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes ou idosos, as ocorrências serão comunicadas aos órgãos competentes.

Tribunal instala serviços de atendimento às vítimas de crimes violentos

O Tribunal de Justiça do Maranhão instalou esta manhã (19), no Fórum de São Luís, o Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), serviço voltado para o atendimento prioritário de pessoas carentes e seus familiares, vítimas de crimes violentos.

O Centro foi criado por Decreto Governamental nº 27.794, de 4 de novembro de 2011, pelo então governador em exercício, desembargador Jamil Gedeon. Para por em prática os serviços, a desembargadora Cleonice Freire, presidente do Tribunal de Justiça, firmou um Protocolo de Intenções com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Universidade Federal do Maranhão.

Uma equipe multiprofissional receberá as vítimas e seus familiares e, conforme o caso: identificará as situações de urgência; definirá a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica); orientará sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis; e fará o acompanhamento dos processos judiciais.

Conforme a situação da vítima, será realizado o encaminhamento aos postos de saúde ou outros órgãos competentes e, sendo caso de abuso sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes ou idosos, as ocorrências serão comunicadas aos órgãos competentes.

Durante a instalação do CEAV, a presidente do TJMA ressaltou que os magistrados costumam receber relatos da

insatisfação da comunidade diante da situação de desamparo e carência em que se encontram as vítimas da violência.

“Já não basta, aos operadores da Justiça, aplicar o texto frio da lei, e, como se diz popularmente, lavar as mãos diante dessa situação injusta e desumana. É preciso oferecer condições de auxílio às vítimas. Trata-se, portanto, de se fazer justiça social, em respeito à dignidade daqueles que sofreram algum tipo de dano físico, material ou psicológico”, ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

ESTRUTURA - De acordo com o pactuado no protocolo de intenções, o Judiciário cedeu o espaço físico, no térreo do Fórum, com móveis e computadores, e possibilitou o acesso ao sistema processual.

O promotor de Justiça Emmanuel Soares, que representou a Procuradora Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, na solenidade de instalação, falou do avanço que os serviços representam à comunidade, servindo também para desmistificar crenças que parte da população tem sobre os órgãos de direitos humanos. “Serve para mostrar a preocupação com a proteção às vítimas, que são as maiores prejudicadas com a violência”, frisou.

O diretor do Centro de Atenção Psicossocial, Alcool e Drogas (CAPsAD Estadual), Marcelo Soares Costa, falou da força do Poder Judiciário frente às questões relacionadas à criminalidade e a violência. “O Centro vai contribuir principalmente no apoio às famílias, às pessoas que são vítimas desse uso e abuso

do álcool, crack e de outras drogas no Brasil”, avaliou.

O Ministério Público e a Defensoria Pública designarão profissionais para colaborar, em suas respectivas atribuições, no atendimento à demanda. O Governo do Estado fornecerá servidores para atuar no apoio administrativo. E a Universidade Federal do Maranhão irá disponibilizar alunos dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, em período de estágio, para atender às vítimas, e encaminhar os procedimentos cabíveis, conforme a natureza da demanda. *(Helena Barbosa – Asscom TJMA)*

Maranhão receberá Centro de Monitoração Eletrônica de Presos no mês de julho

Clayton Montelles

A partir do próximo mês de julho o Maranhão passará a ter o seu Centro de Monitoração Eletrônica de Presos. O anúncio foi feito durante reunião de apresentação das tornozeleiras eletrônicas, realizada na sede da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Estiveram presentes, o secretário da pasta, Sebastião Uchôa, a juíza titular da 1ª Vara de Execução Penal, Ana Maria Almeida, o promotor Carlos Jorge Avelar, o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, entre outras autoridades.

A reunião serviu também para alinhar, junto ao Ministério Público e ao Judiciário, as atividades de cada órgão e avaliar os internos que serão selecionados para essa alternativa de cumprimento da pena. Na ocasião, foi acordado que inicialmente serão 400 internos beneficiados, mas o número poderá subir de acordo com a demanda solicitada pela Justiça.

“Com o auxílio de todos, desde o comprometimento

com as escolhas dos detentos que serão beneficiados ao acompanhamento dos mesmos, teremos em mãos uma ferramenta ímpar que contribuirá para desafogar as unidades prisionais do estado”, pontuou o secretário Sebastião Uchôa.

Além das tornozeleiras eletrônicas, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numege) da Sejap ajudará no acompanhamento, através de visitas e do encaminhamento dos beneficiários e da família dele aos setores necessários. Segundo o secretário, esse é o grande diferencial, pois haverá a sintonia entre o controle humano e o eletrônico, gerando o ciclo completo do monitoramento e visando a ressocialização dos egressos.

Para o promotor Carlos Jorge Avelar, a tornozeleira proporcionará maior controle dos internos que cumprem regime semiaberto e domiciliar, assim como diminuirá os custos do sistema prisional. “Com certeza uma medida acertada que deve trazer mais eficiência à fiscalização e, consequentemente, a não reincidência ao



Secretário Sebastião Uchoa, juíza Ana Almeida e promotor Carlos Jorge Avelar discutem o uso de tornozeleira eletrônica

crime”, frisou.

Tornozeleiras eletrônicas

De acordo com o representante da empresa responsável pela implantação do Centro de Monitoração Eletrônica, Nathaniel Peregrino, o sistema funciona via satélite com a utilização de dois chips de operadoras diferentes. As tornozeleiras possuem certificação da Anatel, são antíquedas e à prova d'água.

Segundo ele, a cada um ou

dois minutos, dependendo da configuração, uma mensagem é enviada com a localização de quem está usando o aparelho e também em caso de tentativa de retirada da mesma. Uma luz acende para indicar a necessidade de recarga e ainda quando o usuário precisa se deslocar até o centro de monitoramento. O centro funcionará no piso superior da Escola de Gestão Penitenciária (Egepen). (Aidê Rocha - Secom)

Justiça mantém suspensão da eleição do Sindsaúde

A eleição para a Diretoria e Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores em Serviços de Saúde da Região Tocantina (SINDSAUDE), agendada para o dia 30 de maio de 2014, foi suspensa por determinação da juíza Ana Lucrécia, titular da 1ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (processo 290-39.2014.8.10.0040)

Na cautelar, ficou demonstrada que a alteração estatutária, que resultou na deflagração do processo eleitoral impugnado, foi viciada, não respeitando o quórum necessário bem como as regras contidas no estatuto anterior, principalmente quando reduziu o prazo de inscrição de chapa de 20 para 5 dias, esticou os mandatos de 3 para 4 anos e criou barreiras que inviabilizam a efetiva participação dos associados na eleição.

Uma outra situação identificada nos autos do processo, considerada imoral, é o fato de os membros da Comissão Eleitoral do Sindsaúde terem sido indicados pelos próprios atuais candidatos a reeleição, diferentemente da regra anterior, em que os componentes eram eleitos em Assembleia Geral.

O servidor Amadeus Cajado Gomes, autor da ação cautelar inominada, informou que há fortes

indícios segundo os quais a assembleia geral extraordinária de alteração do estatuto, que teria sido realizada em 17 de fevereiro de 2014, não aconteceu de fato, conforme previsão legal.

No processo principal, já tramitante na 1ª Vara Cível de Imperatriz, apenso ao processo cautelar, há documentos que demonstram que a lista de presença utilizada pelo sindicato como àquela da assembleia em que teria acontecido a alteração foi assinada por servidores que jamais participaram de qualquer reunião do Sindsaúde, reforçando os indícios de fraude.

“Esse fato, a meu juízo, conspurca contra a idoneidade do processo, assim como aquele que usa as assinaturas de servidores colhidas na festividade de final de ano como sendo o dia da Assembleia Geral, em que aconteceu a alteração do estatuto”, argumentou o advogado Sandro Barros, adiantando que no processo de instrução e julgamento da ação de nulidade de ato jurídico, com a oitiva de dezenas de testemunhas, com o uso de até perícia técnica, poderá ter o desfecho penal para eventuais fraudadores.

A líder da oposição e

candidata a presidente do Sindsaúde, Zilda de Almeida Lima, disse que vai continuar conversando e apresentando propostas para seus colegas servidores da saúde, pregando alternância na direção da entidade, mudanças nos rumos da defesa dos interesses da classe e descentralização do sindicato, permitindo a existência de delegacias sindicais autônomas e a formação de sindicatos de saúde nos municípios.

“Há três mandatos o nosso sindicato é dirigido pelas mesmas pessoas e, em todo esse tempo, não houve avanços na política de defesa dos colegas. A inquestionável falta de habilidade impede que avancemos como avançaram outras categorias da própria saúde, como por exemplo, os enfermeiros e os agentes de combate as endemias, dentre muitos. Outra coisa, precisamos de um sindicato legitimado pela classe, que não se dedique apenas em arrecadar os recursos da Contribuição Sindical Anual. A nossa proposta é, em resumo, transformar o Sindsaúde num sindicato de resultados”, arrematou Zilda de Almeida. *(Anginaldo Mendes – Assessoria de Imprensa)*

Maranhão receberá Centro de Monitoração Eletrônica de Presos

A partir do próximo mês de julho o Maranhão passará a ter o seu Centro de Monitoração Eletrônica de Presos. O anúncio foi feito durante reunião de apresentação das tornozeleiras eletrônicas, realizada na sede da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). A reunião serviu também para alinhar, junto ao Ministério Público e ao Judiciário, as atividades de cada órgão e avaliar os internos que serão selecionados para essa alternativa de cumprimento da pena. **Página 6**

Maranhão receberá Centro de Monitoração Eletrônica de Presos

A partir do próximo mês de julho o Maranhão passará a ter o seu Centro de Monitoração Eletrônica de Presos. O anúncio foi feito durante reunião de apresentação das tornozeleiras eletrônicas, realizada na sede da Secretaria de Estado de Justiça e Administração Penitenciária (Sejap). Estiveram presentes, o secretário da pasta, Sebastião Uchoa, a juíza titular da 1ª Vara de Execução Penal, Ana Maria Almeida, o promotor Carlos Jorge Avelar, o coordenador executivo da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça, Ariston Apoliano, entre outras autoridades.

A reunião serviu também para alinhar, junto ao Ministério Público e ao Judiciário, as atividades de cada órgão e avaliar os internos que serão selecionados para essa alternativa de cumprimento da pena. Na ocasião, foi acordado que inicialmente serão 400 internos beneficiados, mas o número poderá subir de acordo com a demanda solicitada pela Justiça.



Secretário Sebastião Uchoa, juíza Ana Almeida e promotor Carlos Jorge Avelar discutem o uso de tornozeleira eletrônica

“Com o auxílio de todos, desde o comprometimento com as escolhas dos detentos que serão beneficiados ao acompanhamento dos mesmos, teremos em mãos uma ferramenta ímpar que contribuirá para desafogar as unidades prisionais do estado”, pontuou o secretário Sebastião Uchoa.

Além das tornozeleiras eletrônicas, o Núcleo de Monitoramento aos Egressos em Geral (Numege) da Sejap ajudará no acompanhamento, através de visitas e do

encaminhamento dos beneficiários e da família dele aos setores necessários. Segundo o secretário, esse é o grande diferencial, pois haverá a sintonia entre o controle humano e o eletrônico, gerando o ciclo completo do monitoramento e visando a ressocialização dos egressos.

Para o promotor Carlos Jorge Avelar, a tornozeleira proporcionará maior controle dos internos que cumprem regime semiaberto e domiciliar, assim como diminuirá os

custos do sistema prisional. “Com certeza uma medida acertada que deve trazer mais eficiência à fiscalização e, conseqüentemente, a não reincidência ao crime”, frisou.

Tornozeleiras eletrônicas - De acordo com o representante da empresa responsável pela implantação do Centro de Monitoração Eletrônica, Nathaniel Peregrino, o sistema funciona via satélite com a utilização de dois chips de operadoras diferentes. As tornozeleiras possuem certificação da Anatel, são anti-quebras e à prova d'água.

Segundo ele, a cada um ou dois minutos, dependendo da configuração, uma mensagem é enviada com a localização de quem está usando o aparelho e também em caso de tentativa de retirada da mesma. Uma luz acende para indicar a necessidade de recarga e ainda quando o usuário precisa se deslocar até o centro de monitoramento. O centro funcionará no piso superior da Escola de Gestão Penitenciária (Egepen).

Clayton Montelles

• A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Freire, instalou, ontem, no do Calhau, a Sala de Depoimento Especial, espaço equipado para oferecer atendimento especializado na escuta de crianças com até 12 anos de idade incompletos e adolescentes entre 12 e 18 anos, vítimas ou testemunhas de violência. Na ocasião foi lançada também a campanha “Jogue Contra Drogas”.

TJMA instala centro de apoio às vítimas de crimes violentos

DIVULGAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Maranhão instalou na manhã de ontem (19), no Fórum de São Luís, o Centro de Apoio às Vítimas (CEAV), serviço voltado para o atendimento prioritário de pessoas carentes e seus familiares, vítimas de crimes violentos.

O Centro foi criado por Decreto Governamental nº 27.794, de 4 de novembro de 2011, pelo então governador em exercício, desembargador Jamil Gedeon. Para por em prática os serviços, a desembargadora Cleonice Freire, presidente do Tribunal de Justiça, firmou um Protocolo de Intenções com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Universidade Federal do Maranhão.

Uma equipe multiprofissional receberá as vítimas e seus familiares e, conforme o caso: identificará as situações de urgência; definirá a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica); orientará sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis; e fará o acompanhamento dos processos judiciais.

Conforme a situação da vítima, será realizado o encaminhamento aos postos de saúde ou outros órgãos competentes e, sendo caso de abuso sexual e maus tratos contra crianças e adolescentes ou idosos, as ocorrências serão comunicadas aos órgãos competentes.

Durante a instalação do CEAV, a presidente do TJMA ressaltou que os magistrados costumam receber relatos da insatisfação da comunidade diante da situação de desamparo e carência em que se encontram as vítimas da violência.



O CEAV FOI INSTALADO pela presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire

“Já não basta, aos operadores da Justiça, aplicar o texto frio da lei, e, como se diz popularmente, lavar as mãos diante dessa situação injusta e desumana. É preciso oferecer condições de auxílio às vítimas. Trata-se, portanto, de se fazer justiça social, em respeito à dignidade daqueles que sofreram algum tipo de dano físico, material ou psicológico”, ressaltou a desembargadora Cleonice Freire.

ESTRUTURA – De acordo com o pactuado no protocolo de intenções, o Judiciário cedeu o espaço físico, no térreo do Fórum, com móveis e computadores, e possibilitou o acesso ao sistema processual.

O promotor de Justiça Em-

manuel Soares, que representou a Procuradoria Geral de Justiça, Regina Lúcia Rocha, na solenidade de instalação, falou do avanço que os serviços representam à comunidade, servindo também para desmistificar crenças que parte da população tem sobre os órgãos de direitos humanos. “Serve para mostrar a preocupação com a proteção às vítimas, que são as maiores prejudicadas com a violência”, frisou.

O diretor do Centro de Atenção Psicossocial, Álcool e Drogas (CAPsAD Estadual), Marcelo Soares Costa, falou da força do Poder Judiciário frente às questões relacionadas à criminalidade e a violência. “O Centro vai contri-

buir principalmente no apoio às famílias, às pessoas que são vítimas desse uso e abuso do álcool, crack e de outras drogas no Brasil”, avaliou.

O Ministério Público e a Defensoria Pública designarão profissionais para colaborar, em suas respectivas atribuições, no atendimento à demanda. O Governo do Estado fornecerá servidores para atuar no apoio administrativo. E a Universidade Federal do Maranhão irá disponibilizar alunos dos cursos de Direito, Psicologia e Serviço Social, em período de estágio, para atender às vítimas, e encaminhar os procedimentos cabíveis, conforme a natureza da demanda.

Habeas corpus negado

Os advogados da ex-prefeita de Timbiras Dirce Maria de Araújo tentaram libertá-la no plantão judiciário do último final de semana, mas esqueceram de anexar a cópia do mandado de prisão, efetivado sexta-feira da semana passada (16), durante um ato público no município de Codó, e ela continua presa.

A desembargadora Maria das Graças Duarte decidiu não reconhecer o pedido e mandou a matéria para análise das câmaras criminais.

Ao recusar o pedido de liminar ao habeas corpus, a desembargadora fez a seguinte observação: “Não consta nos autos a cópia do mandado, apenas a entrega do mesmo ao Delegado da Delegacia Regional de Codó, Dr. Rômulo Vasconcelos, conforme fl. 325. Logo, vejo, pelos documentos adunados, a ausência efetiva da execução do mandado de prisão, expedido em desfavor da Paciente, sendo que há apenas alegação de cumprimento da medida, razão pela qual entendendo que a matéria não se encontra dentre as especificadas regimentalmente para ser conhecida no Plantão Judiciário”, despachou a magistrada.

MUTIRÃO

Acordo garante pagamento de seguro DPVAT a gari que ficou com lesão

Um acordo firmado no primeiro dia do mutirão de conciliação de Seguro DPVAT, realizado pelo 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, ontem (19), no Fórum de Justiça de São Luís, vai garantir ao gari Manoel do Espírito Santo Gomes o recebimento do benefício. Em março de 2012, Manoel foi vítima de um acidente de motocicleta, ocasionando lesão na coluna e invalidez permanente.

Manoel Gomes foi trazido de ambulância do Município de Arixá, cidade em que mora com família e que fica a 94 km da capital. Já no Fórum de São Luís, a vítima passou por perícia médica que atestou ser irreversível o seu quadro de invalidez. Ele foi atendido dentro da ambulância, pelo ortopedista Raimundo Barbosa, perito indicado pelo Judiciário para o mutirão.

Logo após a perícia, a mãe da vítima, Adelaide Gomes, participou de audiência no Centro de Conciliação do Fórum de São Luís e firmou acordo com o advogado Alvaro Fernandes, pro-

curador da Seguradora Líder, responsável pela administração do Seguro DPVAT no país.

A aposentada Adelaide Gomes, mãe de Manoel, disse que em consequência do acidente o filho, que tem 41 anos, ficou sem andar e passa a maior parte do tempo deitado em uma cama. "Esse dinheiro do seguro vai ajudar muito porque ele não pode trabalhar e tem três filhos pequenos", disse a mãe.

Para ontem, foram agendadas 100 audiências de conciliação e até sexta-feira (23), quando termina o mutirão, devem ser realizadas mais 416, todas entre a Seguradora Líder e vítimas de acidentes de trânsito que buscam a Justiça para receber o benefício do seguro.

O juiz do 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, Mario Prazeres Neto, que preside o mutirão do seguro DPVAT, explicou que a maioria dos processos é do ano de 2012, muitos já em grau de recurso. Segundo o magistrado, foram incluídos na pauta do período processos em que a seguradora



MÃE DO GARI Manoel Espírito Santo firma acordo para filho receber seguro DPVAT

ra sinalizou com a possibilidade de acordo. "O objetivo é dar vazão a essa grande demanda de processos", afirmou o juiz.

O mutirão do 3º Juizado conta com uma equipe de 12 pessoas, entre juiz, conciliadores, servidores do juizado e do Centro de Conciliação, além de um perito. As atividades são realizadas em seis salas de conciliação, sala de perícia, sala para advogados, além de instalações de apoio.

Já a Seguradora Líder disponibilizou um assistente de perito e trouxe para o mutirão pessoal da coordenação de conciliação e da Diretoria Jurídica da empresa, além de quatro es-

critérios de advocacia, que prestam serviços à seguradora em São Luís. Alvaro Fernandes, um dos advogados da Líder, disse que durante o evento a empresa, com base no laudo da perícia que é feita no local do mutirão e na tabela de pagamento do benefício, que é fixada por lei, faz a proposta de acordo, na audiência. Se houver conciliação entre as partes, o acordo é homologado pelo juiz.

Para hoje (20), estão agendadas mais 100 audiências do mutirão. As atividades ocorrem das 8h20 às 11h40 e das 14h20 às 17h, nas salas do Centro de Conciliação de Conflitos, no Calhau.

Roubalheira

O juiz titular da 1ª Comarca de Pedreiras, Marco Adriano Ramos Fonsêca, determinou o bloqueio da conta do Município de Lima Campos perante o Banco do Brasil, destinada ao recebimento do Fundeb, até o valor de 339.013,20 reais, que deve ser transferido para conta à disposição da justiça. A decisão atende à Ação Cautelar com pedido de liminar de bloqueio de valores interposta pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais em desfavor do município com “fundamento na forma lesiva e ilegal, à revelia da Lei, com que o prefeito e o gestor da educação têm administrado o dinheiro da Educação. Que o exemplo seja seguido.

Juiz determina bloqueio de conta do Município de Lima Campos

Em decisão datada da última sexta-feira (16), o juiz titular da 1ª Vara da Comarca de Pedreiras, Marco Adriano Ramos Fonsêca, determinou o bloqueio da conta do Município de Lima Campos perante o Banco do Brasil, destinada ao recebimento do Fundeb. O bloqueio deve atingir o limite do valor de R\$ 339.013,20, a ser transferido para conta judicial à disposição da Vara.

Na decisão, o juiz determina o prazo de 24 horas para que o gerente da agência do BB de Lima Campos comunique ao Juízo informação sobre saldos disponíveis na conta bancária do município, bem como a confirmação do bloqueio e da transferência determinados.

A citação e notificação do município, por intermédio do prefeito ou do procurador do município habilitado no Juízo para conheci-

mento da decisão e eventual contestação da ação cautelar constam da decisão do magistrado.

A decisão atende à Ação Cautelar com pedido de liminar de bloqueio de valores interposta pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Lima Campos em desfavor do município, com “fundamento na forma lesiva e ilegal, à revelia da Lei, com que o prefeito municipal e o secretário de educação do município têm administrado o dinheiro do Fundeb em Lima Campos”.

Na ação, o Sindsep alega que a União repassou ao Município de Lima Campos créditos sob as rubricas Complementação da União Piso e Ajuste do Fundeb/2013, depositados em 2 de maio de 2014 na conta vinculada do Município de Lima Campos, sendo que em ofício encaminhado ao Sindicato (ofício 023/2014) o Município afirmou que não seria possível a destinação dos recursos para pagamento em favor dos servidores da área da Educação, e que a Secretaria de Educação concluiu que tais recursos seriam utilizados para o pagamento das dívidas com o INSS. *(Ascom / TJMA)*

Titulares de Juizados Especiais do MA participam do Fonaje

Um grupo de dez juízes titulares de Juizados Especiais do Maranhão participa, de quarta-feira (21) a sexta-feira (23), em Foz do Iguaçu, no Paraná, do XXXIV Fórum Nacional dos Juizados Especiais. Comanda o grupo de magistrados a juíza coordenadora dos Juizados Especiais maranhenses, Márcia Cristina Coelho Chaves. O evento acontece no Hotel Mabu (Avenida das Cataratas, 3175, Bairro Vila Yolanda) e é aberto a juízes e servidores de Juizados, bem como aos operadores de Direito.

Em sua 34ª edição, o Fórum, que reúne magistrados

do Sistema dos Juizados Especiais de todo o país com o objetivo de promover a padronização e melhoria dos Juizados, tem como tema “Responsabilidade pelo Futuro”.

Entre as justificativas para o tema escolhido, “a responsabilidade ética para com as gerações vindouras, para com o futuro, desenhada nas ações de hoje, e que implica no questionamento sobre a contribuição dos Juizados para o futuro da sociedade e os caminhos para a conciliação”.

Fonaje – Nascido por iniciativa dos próprios magistrados, o Fonaje é realizado semestralmente. Sua idealização surgiu da necessidade de se aprimorar a prestação dos serviços judiciários nos Juizados Especiais, com base na troca de informações e, sempre que possível, na padronização dos procedimentos adotados em todo o território nacional.